

**XXI CONGRESSO ALAS- Montivideo-2017**  
**JUVENTUDE NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**NO BRASIL**

**Maria da Glória Gohn**

**mgohn@uol.com.br**

**Profa. Titular-UNICAMP e UFABC- Pesquisadora 1 A CNPq**

**Resumo**

O paper busca qualificar as ações dos jovens enquanto protagonistas de ações coletivas na esfera pública e analisar as respostas que o poder público tem dado às suas demandas. Destacam-se algumas políticas públicas que tem tratado de questões do cotidiano dos jovens, como reformas na área da educação, inquirendo sobre qual o lugar dos jovens nestas políticas. A meta final é analisar o impacto da ação desses jovens na sociedade e nas políticas públicas destacando a cultura política criada (ou ressignificada) e a renovação operada na questão da participação dos jovens a partir do uso das redes midiáticas. A base de dados advém de pesquisa realizada em sites da Internet, de redes de jovens, e dados da mídia impressa, em São Paulo, entre 2013-2016. O referencial teórico utilizado fará a leitura dos dados a partir de Charles Tilly, Doug MacAdam e S. Tarrow, da teoria do Confronto Político, assim como buscará possíveis diálogos em outros marcos interpretativos, em autores advindos de teorias renovadas do socialismo libertário, defensores de teorias autonomistas, culturalistas e da resistência civil.

Palavras Chaves: Juventude-Movimentos Sociais- Lutas pela Educação-Políticas Públicas

Key words: Youth-Social Movements-Struggle for education-Public Policy

**Apresentação**

Pesquisas do início dos anos de 2010 apontaram que: 80% dos jovens do Cone Sul viviam no Brasil. O Brasil concentrava 50% dos jovens da América Latina. Esta cifra correspondia a 34 milhões de jovens dentre os quais, 50,5% homens e 52,9% negros. Destacam-se ainda: 28,2 milhões (83%) moravam na zona urbana, 5,9 milhões (17%) na

zona rural; 20 milhões viviam em famílias com renda per capita de até um salário mínimo. 1,3 milhões de jovens analfabetos, dentre os quais 900 mil negros (Roggero, 2012). Na atualidade número de desempregados também é maior entre os jovens e a crise não os afeta apenas do ponto de vista econômico, mas também político-cultural. Recessão, corrupção e violência formam um caldo que destroem a confiança e a esperança no futuro, atingindo todas as camadas sociais. Entre aqueles com alta escolaridade e que já atuam como profissionais no mercado de trabalho, ao final de 2015, 48% deles estavam preocupados com a estabilidade nos empregos (dados da Pesquisa da Consultoria Deloitte Brasil, 2015), deixando de lado o *modus operandi* desta geração então denominada como Y, imbuídas ou capturadas pela lógica da racionalidade neoliberal, que desde a década de 1990 tinham a mudança, a busca de inovações, e o empreendedorismos como paradigmas de vida. Por isso concordamos com a análise que diz:

*“..é possível afirmar que há certas peculiaridades nas formas de resistência das ações coletivas dos jovens contemporâneos que se encontram em oposição às condições sociais, econômicas e políticas que incidem sobre eles de forma repressiva ou os convocam para adesão a um jogo no qual todos são competidores investindo em seu capital humano, tornando-se empreendedores de si. Isso tem levado esses jovens não somente a resistir, mas também a se mobilizarem e a ocuparem os espaços públicos de forma bastante diversa” (Augusto, Rosa e Rezende, 2016: 33).*

Uma de nossas hipóteses é: quando os jovens entram na cena pública, mudanças significativas estão ocorrendo na sociedade, do ponto de vista cultural e político. Usualmente a categoria jovem se refere a indivíduos que vivenciam processos específicos de socialização, dentro de uma dada faixa etária. Às vezes os jovens são citados via uma de suas representações- a juventude, categoria relacional que posiciona os indivíduos como pertencente a uma dada faixa etária, embora ele possa ter até mais idade que esta faixa compreende. Mas ele teria atributos daquela faixa. Em geral os jovens são vistos como dotados de certas características que geram ações e produzem impactos e são, portanto, atores coletivos que desempenham papéis específicos na sociedade.

O conceito de juventude, associado à condição de ser jovem, aparece na literatura sociológica sob dois eixos articulatórios de questões, problemas e características. O primeiro decorrente do pertencimento a uma dada faixa etária (onde também não há consenso), com ênfase aos aspectos geracionais de uma determinada fase de vida. O segundo destaca aspectos socioeconômicos e culturais determinados pela situação de classe social. Alguns autores afirmam que se deve falar no plural, juventudes, porque há

múltiplas diferenças. Sposito constrói outras dimensões para a categoria jovem tais como, condição juvenil e situação juvenil. Estas categorias referem-se ao modo como a sociedade constitui e atribui significados à juventude em determinadas estruturas sociais, históricas e culturais, dentro de escalas e hierarquias sociais (Sposito, 2003). Outros autores como Dayrell (2009), Abramo (2005), Scalón (2013), Carrano (1999) e Diogenes (2005), entre outros também tem se dedicado ao estudo dos jovens no Brasil, particularmente no campo da educação formal. Em todos estes autores, quer se destaque os atributos positivos da juventude, associados à inovação e criatividade, portadores de mudança social; quer se destaque os atributos negativos, associados a problemas ‘da idade’ ou as condições de vulnerabilidade socioeconômica (galeras da periferia), os jovens e a juventude na atualidade continuam a desafiar teóricos e teorias nas análises. Os jovens também já foram analisados sob a ótica dos efeitos da superproteção ou como os ‘mauricinhos’, que em passado remoto também já foram denominados como ‘Juventude Transviada’, imortalizada em filme protagonizado por James Dean Talvez devêssemos acreditar nas palavras de Oscar Wilde quando nos disse: “Os velhos acreditam em tudo, os maduros desconfiam de tudo, os jovens sabem tudo” (Citação de Kevin Delaney, *The New York Times/Folha de São Paulo*, 13/02/2012, p.1).

Os jovens, na atualidade, enquanto participantes de coletivos organizados ou em movimentos sociais, podem ser estudados sob vários papéis sociais, tais como: enquanto estudantes, produtores de arte, nas galeras, nos blogs e redes sociais etc. Estas práticas e comportamentos levam, tanto em 1968 como na atualidade, à temática dos movimentos sociais. O mundo globalizado vive hoje novo ciclo de protestos com contestações política (vide Tilly e Tarrow, 2007), similar década 1960, com outros temas, formas de mobilização, conjunturas políticas e econômicas distintas, etc., mas os impactos e efeitos na sociedade e nos governos, só vemos similares naquela década.

A Internet é um dos principais elementos de diferenciação – ela tem revolucionado a forma da sociedade se comunicar e dos indivíduos interagir entre si. Ela propicia aos indivíduos o acesso à informação, antes monopólio de grupos e instituições ou acessível apenas a poucos. Mas a seleção, focalização e decodificação desta informação é feita não apenas pelos indivíduos isolados- há uma pluralidade de atores e agentes disputando a interpretação e o significado dos fatos e dados. É aqui que entram os movimentos sociais com grande poder de formação da opinião pública. Eles não apenas decodificam como codificam os problemas e conflitos a partir de temáticas em torno das quais eles se articulam.

O poder das redes-vai além da mobilização. Impacta no caráter da ação coletiva desenvolvida. A Internet tem alterado a formação, articulação e atuação dos movimentos sociais gerando impactos e resultados diferentes, na sociedade e nos próprios movimentos, segundo áreas territoriais-com impacto maior nas regiões urbanas, dada as dificuldades de acessibilidade nas zonas rurais. Mas a localização geográfica apenas não explica, porque muitos movimentos rurais têm sedes de suas organizações no urbano. Daí entra outro fator-a forma de organização. Aqui pode-se observar dois ângulos de abordagem sobre os jovens, de um lado a partir de movimentos sociedade civil, e de outro, a partir do poder público. Dentre os movimentos que contam com a participação dos jovens, há os que organizam de forma tradicional, no rural ou no urbano, - incluem sindicatos. Eles têm concepções e estruturas organizacionais mais centralizadas, focalizadas em líderes ou lideranças. Eles também se articulam em redes e usam Internet etc., mas o ambiente virtual é apenas uma ferramenta de apoio e não um vetor ou veículo básico de comunicação e interação. As articulações são mais dirigidas, fechadas, são mais homogêneas, entre pares. Internamente organizam-se via departamentos ou setores (jovens, mulheres ou temáticas problemas) mas dentro de uma linha com cultura organizacional homogênea. Agregam-se em identidades fixas, não se reinventaram, suas bases de apoio têm força midiática mas papel mais figurativo em termos das relações internas de poder, no interior do movimento. Desenvolvem formas de solidariedade interna mas realizaram poucas transformações na forma centralizada de operar seus repertórios e se relacionar com outros movimentos, com a sociedade ou com governos. Certamente que há outros movimentos com participação majoritária de jovens, com uso intenso da Internet, que fogem completamente do padrão que acabamos de descrever. São estes movimentos e coletivos de jovens os sujeitos centrais deste *paper*.

Entretanto, para completar a caracterização que estávamos desenvolvendo, temos o outro lado, do ponto de vista do poder público. Observa-se que na primeira década deste século, inúmeros programas e projetos de inclusão social foram formulados e implementados para grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tais como: o Bolsa Família, políticas de aumento do salário mínimo, ocorreram inúmeras conferências nacionais temáticas em áreas do serviço público que resultaram em novas políticas sociais. Um grande sistema de participação institucionalizado foi instituído com conselhos, câmaras, fóruns, conferências nacionais etc. com representantes do governo e da sociedade civil. Mas alguns pontos básicos estavam pouco presentes no foco principal destas políticas, tais como-os jovens (de qualquer classe social), as camadas médias da população; e as

formas de participação social *on line*, com uso das novas tecnologias não eram usuais (com exceção de alguns programas e políticas públicas como o Orçamento Participativo em alguns setores). A grande revolução operada na forma de comunicação entre os indivíduos, com o desenvolvimento e consumo das novas tecnologias, especialmente a Internet e o uso dos aparelhos móveis, geradores de grande potencial de mobilização da sociedade civil criou novas formas de sociabilidade na sociedade civil, longe das estruturas estatais institucionalizadas. Por isto, em junho de 2013, quando grupos de jovens atraíram multidões às ruas, via a convocação em mídias sociais, o poder público foi um dos grandes ausentes, também se surpreendeu com a irrupção dos protestos. Criou-se um clima político onde não havia mediadores entre os manifestantes e os poderes constituídos, não havia interlocutores. O diálogo não fluía, apenas a polícia se fez presente, nos atos de violência contra os manifestantes.

**Um breve olhar inicial sobre os movimentos dos jovens a partir de junho de 2013 leva-nos a observar: há múltiplos processos de subjetivação na construção dos sujeitos em ação - os acontecimentos no calor da hora provocam reações que geram novas frentes da ação coletiva. A composição das mesmas é complexa, diversificada, com múltiplos atores, propostas e concepções sobre a política, a sociedade, o governo. As emoções-dos indivíduos e coletivos ganham destaque nos protestos políticos e podem assumir papel ativo da construção do social.** Muitos dos que protestaram negaram a política partidária atual. Contudo, não basta focar nos indivíduos, nas organizações e nos eventos de protesto, como bem disse Diani (2003). É preciso observar também a multiplicidade de laços entre os diferentes atores, episódios ocorridos na conjuntura sociopolítica e cultural paralelos aos eventos que poderão lhes dar sentido e direção. A pluralidade de indivíduos, grupos e organizações presentes nas manifestações com predominância dos jovens, deve ser analisada pelas redes de compartilhamento de crenças e pertencimentos, pelas interações informais e pelas identidades coletivas que vão construindo. Os conflitos político-culturais dos manifestantes, especialmente no caso dos jovens na atualidade, devem ser lidos com chaves analíticas diferentes das que foram utilizadas para analisar os denominados novos movimentos sociais identitários nas décadas de 1980-2000.

*“As experiências anteriores estavam mais associadas à emancipação política e a soberania popular, polarizando com o aparato repressivo do Estado no contexto nacional da ditadura militar. Já a experiência recente remete ao referencial anarquista anticapitalista de âmbito internacional, opondo-se à todas as formas burocráticas,*

*hierarquizadas e centralizadas e assumindo um caráter de recusa à institucionalidade e valorização dos processos e práticas coletivas” (Falchetti, 2017:19).*

### **Os Jovens e as Políticas Públicas**

Destacamos neste texto uma das faces do modo de ser do jovem: sua participação sociopolítica e cultural em coletivos, movimentos sociais ou órgãos públicos como conselhos, na atualidade. O interesse pelos jovens decorre da constatação de sua participação majoritária nas manifestações de protesto que vem ocorrendo em espaços públicos no Brasil desde 2013. As manifestações de junho de 2013 no Brasil fazem parte de novas formas de associativismo urbano entre jovens escolarizados, predominância de camadas médias, conectados por redes digitais. Pesquisas iniciais indicam que a maioria deles é organizada horizontalmente, atua em coletivos ou novíssimos movimentos sociais, críticos das formas tradicionais da política tais como se apresentam na atualidade—especialmente os partidos e os sindicatos, alguns pregam a autonomia em relação àquelas formas e negam a política partidária, mas não o Estado e a Política com P maiúsculo. Pesquisas realizadas antes de 2013 já indicavam o protagonismo dos jovens nas redes sociais. Pesquisa do Datafolha realizada em junho de 2013 constatou que, nas manifestações em São Paulo, a maioria dos participantes tinha diploma universitário (77%) e menos de 25 anos (53%). Pesquisa nacional realizada pelo IBOPE, no mesmo período, corrobora o perfil acima delineado, a idade predominante foi de 14 a 24 anos (43%). Entre 14 e 29 anos de idade a soma sobe para 63% do total (IBOPE, Pesquisa Manifestantes, 20/06/2013). Os jovens demandam “igualdade— não somente nas condições de vida e oportunidades, mas também, de participação e liberdade” (Scalon, 2013:184). Neste cenário indaga-se: por que os jovens raramente participam de políticas públicas? Quais as políticas específicas aos jovens no Brasil?

Realizamos um breve levantamento sobre a programação oficial destinada aos jovens junto ao site de duas importantes prefeituras municipais do estado de São Paulo: Santo André e São Bernardo do Campo entre 2013-2017. A escolha das duas cidades teve um objetivo—estas cidades foram o berço de um novo sindicalismo no Brasil na fase do regime militar, passou depois por inúmeras administrações comandadas pelo Partidos dos Trabalhadores, tiveram pioneirismo em políticas do Orçamento Participativo (especialmente Santo André, fase do ex-prefeito, o finado Celso Daniel). Estas cidades passaram também por processos de desindustrialização na última década, abrigam na atualidade uma Universidade Federal e muitos jovens. Diadema, cidade vizinha de

S. Bernardo do Campo teve, em 2015, a primeira ocupação de escola pública, no ciclo que será tratado abaixo. Com todo este cenário, indaga-se: quais eram as políticas destinadas aos jovens em 2017, nestas prefeituras. No levantamento inicial, apenas no site, concluímos que é baixíssimo ou quase inexistente. Vejamos o que foi encontrado:

Prefeitura de Santo Andre/SP: Conselho Municipal da Juventude-criado em 13/12/2007. Órgão deliberativo. Em março de 2017- não conta nenhuma programação ou *page* específica.

Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP: Em 2017 apresenta uma Coordenadoria de Ações para a Juventude e o Conselho da Juventude. Pesquisando-se a programação destes órgãos, não se encontra nada. Mas pode ser encontrado inúmeras *pages*/registros de ações passadas, entre 2013-2015, de participação na Conferência Nacional da Juventude em 2015.

### **Os Jovens Estudantes e as Lutas Pela Educação**

No cenário dos protestos dos jovens no Brasil registra-se, a partir de 2013, a irrupção de um novo ciclo de protestos - a de estudantes da escola pública, em cidades do Estado de São Paulo; em Curitiba, Goiânia, Rio de Janeiro, Porto Alegre etc. O estudo destes protestos nos leva diretamente a exemplificação do ponto central deste texto: o impacto da ação desses jovens na sociedade e nas políticas públicas destacando a cultura política criada (ou ressignificada) e a renovação operada na questão da participação dos jovens a partir do uso das redes midiáticas..

O projeto de reestruturação sofreu forte resistência dos estudantes secundaristas, que promoveram um grande movimento de ocupação em mais de 200 escolas durante cerca de 60 dias. Segundo Paes e Pipano:

*“A primeira escola a reagir ao "plano desorganizador", como foi chamado pelos estudantes, foi a Escola Estadual Diadema, no ABC paulista, no dia 9 de novembro, cerca de um mês e meio após as primeiras declarações da Secretaria. No dia seguinte, a Escola Fernão Dias, em Pinheiros, Zona Oeste de São Paulo, foi tomada pelos estudantes tornando se uma espécie de "escola-modelo". Nos próximos dias, as ocupações passariam a se capilarizar de maneira não ordenada, e extremamente rápida, por todo o estado. Norteados pela palavra de ordem "não fechem nossa escola!", os estudantes ocuparam as unidades de ensino trancando portões, vigiando janelas e acessos, encastelando-se nas unidades e fazendo uma defesa radical pela sobrevivência do espaço escolar, agora em disputa”.* (Bruno Teixeira Paes e Isaac Pipano, 2017:11).

A resistência dos estudantes, no entanto, transbordou a contestação ao plano de reorganização e colocou em evidência outros temas relacionados às escolas públicas no Estado. A pauta estudantil foi sendo ampliada no processo com denúncias referentes à falta de relações democráticas na escola, à precariedade das escolas, à falta de professores. Aulas livres e debates nas escolas ocupadas durante o período da ocupação, inseriu temas como: relações de gênero, racismo e homofobia, entre outros. O movimento fez emergir questões e temas não abarcados pelo modelo gerencial proposto pela secretaria.

*Desvinculados de partidos políticos, sindicatos ou mesmo de associações estudantis historicamente constituídas, como a UNE, as "escolas de/em luta" ganharam a adesão e apoio dos pais, de uma grande maioria de professores e diretores, assim como de várias camadas da sociedade civil. Em poucas semanas, um mapa disponibilizado no Google, alimentado voluntariamente em tempo real, sem "donos" ou chancelas, descrevia a situação das escolas ocupadas, com listas de itens de alimentação, limpeza e higiene, pedidos de solidariedade e apoio. Um formulário na web circulava entre advogados e professores que poderiam prestar seus serviços, sem honorários, auxiliando os estudantes com os processos jurídicos e ministrando aulas para garantir a manutenção do cotidiano de ensino. Imagens transbordavam das páginas do Facebook a partir de vídeos caseiros produzidos através de seus tablets e smartphones, precariamente editados ou imediatamente divulgados pelo Youtube como estratégias de proteção e combate. Páginas como O Mal Educado, Território Livre e Não fechem a minha escola tratavam de noticiar o que a mídia hegemônica insistia em ignorar, embora a pregnância do evento já guiasse a agenda setting de todo o país. ( Bruno Teixeira Paes e Isaac Pipano, 2017:11-12).*

Durante o período das ocupações, inúmeras vezes houve confronto ou cerceamento da polícia aos estudantes, incluindo prisões. O impacto dos atos e manifestações dos estudantes na mídia, na sociedade (comunidade de pais, associações educacionais e movimentos sociais da área da educação tais como Cenpec, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Todos Pela Educação, MTST etc.) e no governo estadual foi grande. Os embates tiveram também momentos de tensão quando pontos e contrapontos se chocaram, frente a ordens jurídicas.

O Ministério Público Estadual posicionou-se no sentido de recomendar ao governo o encerramento da reorganização, por entender que a mesma visava à economia de recursos e não a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem que

argumentavam. A situação de tensão social criada pelos estudantes com a paralização/ocupação de quase 200 escolas, levou o governo do Estado de São Paulo a recuar. Em 04/12/2015, por meio do Decreto 61.692, revogou-se o Decreto 61.672 e o Governador Geraldo Alckmin anunciou o processo de reorganização das escolas para 2016 estava adiado. A reforma foi, portanto, suspensa, e o decreto que transferia funcionários foi revogado em 05/12/2015. O secretário estadual da educação foi trocado e por fim, em 08/12/2015 a Resolução SE 56 revogou a Resolução SE54/2015 da Secretaria Estadual de Educação do ESP (vide Silva, 2016).

Segundo Piolli, o Plano de Reorganização foi adiado em razão da resistência estudantil e da intervenção do Ministério Público e Defensoria Pública do Estado (Piolli, 2016, p 24).

. A resistência contra a reforma do ensino paulista gerou outro movimento social: o “Movimento Não Fechem Minha Escola”-2016, que se notabilizou também pelas práticas de ‘Escrachos’- ações relâmpagos em locais de visibilidade ou perto da residência de políticos.

Helena Borges fez uma reportagem relevante em outubro de 2017 de avaliação das ocupações entre 2015-2016 também chamada de “Primavera dos Secundaristas”. Diz ela:

*“Um ano depois das ocupações em escolas de todo o país, a reforma do ensino médio foi aprovada e investimentos em educação foram cortados. Enquanto aqueles que viam a educação como uma mercadoria começam a recolher os lucros, os secundaristas que participaram das ocupações tendo como lema “Educação não é Mercadoria” hoje sofrem com uma dupla onda reacionária: dentro e fora das escolas”.*{..}. Há certa unanimidade nas avaliações quando afirmam: *“atores que motivaram a “Primavera Secundarista” continuam a preocupar os estudantes: a aprovação da reforma pelo Congresso, o congelamento do orçamento federal e a crescente força do “Escola sem Partido”.*” (The Intercept Brasil, 31/10/2017)

### **As novidades dos ‘Ocupas’ e suas matrizes de inspiração.**

A configuração organizacional trouxe algumas novidades na forma do protesto, com ocupações das escolas e manifestações nas ruas com performances específicas (por exemplo, o “*seat down*” ao sentarem-se em carteiras escolares em cruzamentos de avenidas de grande trânsito e visibilidade). O repertório das demandas, no caso de São

Paulo, em 2015, focou um item: contra o plano de reorganização das escolas estaduais paulistas, que levaria, entre outras consequências, ao fechamento de inúmeras unidades. Observa-se uma ampliação do repertório de demandas dos jovens secundaristas em relação aos jovens nas ruas em junho de 2013, os quais priorizavam a mobilidade urbana. Charles Tilly (1986) descreve as mudanças no repertório da ação social da seguinte forma:

*"Toda população tem um repertório limitado de ações coletivas: formas distintas de agir coletivamente em relação a interesses compartilhados. No nosso tempo, por exemplo, a maior parte das pessoas sabe como participar de uma campanha eleitoral, como integrar-se a um grupo de interesses, organizar um abaixo-assinado, fazer uma greve ou uma reunião ou montar uma rede de influências. Essas variedades da ação constituem um repertório (...) as pessoas conhecem as regras gerais da ação relativamente bem e variam suas formas de acordo com o objetivo almejado." ( Tilly, 1986, apud Avritzer, p 10).*

Um grande campo de pesquisa está se abrindo a partir das lutas pela educação dos secundaristas no Brasil e em outros países. Trata-se da análise do papel das correntes anarquistas e autonomistas junto aos jovens estudantes e a revalorização da participação social fora de instituições estatais ou estruturas formais. Falchetti destaca o papel do 'autonomismo' no movimento dos secundaristas (2017). Essa autora, assim como Alonso e Mische (2015) registram mudanças no perfil e referencial ideológico dos jovens ativistas na atualidade.

Além dos fundamentos teóricos e ideológicos inspiradores dos secundaristas, será importante também realizar uma agenda de estudos comparativos, no próprio país, como entre países da América Latina como Chile e Argentina. É importante registrar que as cartilhas do movimento secundarista chileno serviram de modelo e inspiração aos secundaristas brasileiros. Há uma grande diferença, entretanto. Lá, no Chile, as ocupações foram anteriores à crise política/econômica e no Brasil foi concomitante. Vale a pena transcrever o registro de algumas avaliações sobre o movimento dos estudantes lá, em estudos recentes, lembrando que eles foram anteriores e inspirou muitos dos estudantes brasileiros. Destacam:

*"el movimiento estudiantil ha emergido como el actor central de un conjunto de movimientos populares que demandan cambios sustantivos a un régimen político y económico heredado de la dictadura La irrupción de la protesta estudiantil ha tenido importante repercusión internacional, no obstante su incidencia en materia de transformaciones sociopolíticas profundas es todavía limitada." (von Bülow y Bidegain*

2015). [...] después de una larga década post-transición caracterizada por la desmovilización general de la sociedad civil, Chile experimentó una explosión de movimientos sociales contenciosos que han catalizado el desencanto de los ciudadanos con las instituciones políticas (Somma 2013). Galvanizadas por el surgimiento de un movimiento estudiantil fuertemente organizado, las protestas del 2011 constituyeron, con mucho, el más largo y masivo ciclo de protestas desde la transición democrática (Somma 2012). La irrupción de la protesta callejera revolucionó el hasta ese entonces tranquilo panorama político chileno, ampliando la brecha entre la izquierda social y partidista (Webber 2011), y convirtiendo a las desigualdades de clase y la redistribución de la riqueza en las principales preocupaciones de los ciudadanos (Latinobarómetro 2012). Con evidente trasfondo antineoliberal, las protestas no sólo levantaron demandas sectoriales específicas; también señalaron expresamente a los legados institucionales del régimen de Pinochet. No por casualidad los estudiantes han enmarcado su lucha por la reforma educativa en una crítica sistemática al Estado neoliberal heredado de la dictadura (Salinas y Fraser 2012, Donoso 2014). En ese marco, una miríada de movimientos sociales (grupos ambientales, movimientos mapuches, ambientalistas) han, además de mantenido su presencia, convergido en la plataforma de los estudiantes.” (La protesta social. Un estudio comparado en Uruguay y Chile, doc. s/d).

Ainda no campo da educação não podemos nos esquecer dos protestos e atos de resistência contra o Projeto Escola Sem Partido.

### **Conclusões: desafios do novo milênio**

Concluindo afirmamos: as lutas e movimentos pela educação são antigos, mas às vezes invisíveis perante a sociedade mais geral e só recentemente ganharam visibilidade na mídia. Todos os movimentos sociais sempre têm um caráter educativo. Usualmente os sindicatos dos professores e o movimento dos estudantes são os protagonistas que entram em cena com maior frequência. Mas lutas e demandas pela educação não se resumem ao território das escolas, seus estudantes e profissionais. Lutas pela educação dizem respeito a toda sociedade, e ao poder público certamente.

A educação, de um modo geral, e a escola, de forma específica, têm sido lembradas como uma das possibilidades de espaço civilizatório numa era de violência, medo e descrença. A escola pode ser polo de formação de cidadãos ativos a partir de interações compartilhadas entre a escola e a comunidade civil organizada. As lutas pela educação podem ser o alicerce desta nova história. A premissa fundamental que defendemos há

alguns anos é: a participação da sociedade civil nas lutas pela educação não é para substituir o Estado, mas para que este cumpra seu dever: propiciar educação de e com QUALIDADE para todos.

Os atuais movimentos na área da educação devem ser analisados sob a ótica das mudanças operadas no conjunto de outros movimentos sociais contemporâneos pois eles são diferentes dos movimentos operários, assim como diferem dos movimentos identitários dos anos 80/90 do século passado, que ficaram conhecidos como a onda dos “novos movimentos sociais”, organizados em torno de questões de gênero, etnia, faixa etária, ou questões ambientais. Este leque ampliou-se e hoje estas questões também adentraram às escolas tais como as temáticas de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais, meio ambiente, qualidade de vida, segurança pública, paz, direitos humanos, direitos culturais, etc. Além disso não podemos nos esquecer: os movimentos sociais, em si, são fontes e agências de produção de saberes.

Na atualidade as autoridades governamentais tem tido dificuldade em dialogar com os movimentos sociais, especialmente com maioria de jovens porque, na primeira década do novo século, preferiram as formas institucionalizadas de participação civil, dadas por conselhos, câmaras e grandes conferências nacionais e políticas específicas às mulheres, juventude, afrodescendentes ou áreas temáticas como alimentação etc. Muitos dos que atuam nestas estruturas institucionalizadas, advêm dos movimentos de forma identitária, formados a partir da onda de novos movimentos sociais que sacudiu o país ao final dos anos de 1970-1980 e parte dos 90. Para eles a cidadania é uma vida política atrelada ao Estado à medida que seria este o responsável pela construção de práticas institucionalizadas dentro das estruturas estatais ou nos níveis intermediários, o chamado público não estatal. Estes gestores ou representantes institucionais não acompanharam as mudanças operadas no campo social, especialmente as novas formas de sociabilidade e comunicação geradas pelas redes e mídias sociais. Não se sintonizaram ou não perceberam ainda que os jovens não têm o estado como meta de participação porque seus referenciais sobre a cidadania são outros, é a cidadania civil, cidadã, não institucionalizada. Ela é construída a partir da experiência e não da participação em modelos organizados, pautados pelos órgãos públicos. A cultura política que eles têm e reconstroem cotidianamente, advêm de práticas experimentais e não de códigos ou programas oficiais

Os atuais movimentos sociais dos jovens são herdeiros dos movimentos antiglobalização dos anos de 1990-2000. Na realidade, seus antecessores devem ser buscados na década

de 1960, como afirmam Augusto, Rosa e Resende (2016). Eles reúnem minorias que se organizam de forma transnacional, com pautas que contêm certo ‘espírito global’, que podem ser acionadas em qualquer lugar do mundo. Muitos deles inspiram-se em ideias libertárias, advindas do *revival* de algumas formas do anarquismo, no século XXI.

Olhando para o futuro detectamos a importância de ampliar os estudos sobre as redes de mídias sociais e cultura digital para entendermos a cultura política e a nova cidadania dos jovens as possibilidades de uma Democracia Digital- aquela que tenta dialogar com a geração digital, que poderá combinar outras formas de democracia especialmente a representativa, com a democracia direta via *On Line*. É preciso atentar para o futuro da democracia e os novos tipos de cultura política que estão sendo construídas, suas possibilidades de desenvolvimento incluindo as novas formas de participação dos jovens, e seus novíssimos movimentos ou coletivos, num cenário de queda da representação partidária. A recuperação de instituições públicas desgastadas é algo necessário, mas seu caráter mais ou menos democrático está em aberto, poderá ser o fortalecimento da democracia ou de órgãos não democráticos para o controle e regulação dos cidadãos.

Para concluir, uma citação recente de Boltanski, a qual concordamos e creio que é um estímulo para continuarmos a seguir a trilha dos jovens. Diz ele:

*“Eu penso que nós devemos seguir o processo da construção social, as maneiras com que as próprias pessoas constroem o mundo. Inicialmente, cada experiência é particular, não há nada além de singularidades no mundo. As pessoas vão então compartilhar essas experiências, torná-las equivalentes, dar-lhes uma linguagem, transformá-las em demandas e tentar construir propostas e reivindicações, bem como modificações da realidade e dos formatos em que a realidade se baseia. É muito interessante seguir o mais rigorosamente possível as operações de qualificação e crítica, bem como a forma como os vários elementos da realidade são construídos e desconstruídos (Questionando a realidade”.* Uma entrevista com Luc Boltanski . Revista *Dialogo Global* VOL. 7 / # 1 / março 2017, p 10)

<http://isa-global-dialogue.net/wp-content/uploads/2017/03/v7i1-portuguese.pdf> acesso 21/03/2017.

### **Referências**

ABRAMO, H.W.; BRANCO, P.P.M. (Org.). *Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.

- AUGUSTO, Acácio; ROSA, Pablo Ornelas; RESENDE, Paulo Edgar da Rocha. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. *Estudos. Sociologia*. UNESP. Araraquara v.21 n.40 p.21-37 jan.-jun. 2016
- ALONSO, A. MISCHÉ, A. UNICAMP, 2015.
- AVRITZER, L. CULTURA POLÍTICA, ATORES SOCIAIS E DEMOCRATIZAÇÃO: Uma crítica às teorias da transição para a democracia. *Portal da ANPOCS*.
- BOLTANSKI, Luc. Revista *Dialogo Global* VOL. 7 / # 1 / MARÇO 2017, p 10)
- CAMPOS, Antônia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016.
- BORGES, Helena. Com “escola sem partido” e reforma do ensino médio, estudantes vivem “ressaca” um ano após ocupações. IN *THE INTERCEPT BRAZIL*.31/10/2017([HTTPS://THEINTERCEPT.COM/BRASIL/ACESSO](https://theintercept.com/brasil/acesso), 06/11/2017).
- CARRANO, Paulo César Rodrigues. Angra de tantos reis: práticas educativas e jovens na cidade. Tese de doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.
- DIANI, Mario; McADAM, Doug (eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- DAY, R. J. F. *Gramsci is dead: anarchist currents in the newest social movements*. Londres: Pluto Press, 2005
- DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez (Org). *Múltiplos olhares sobre a educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG. 1996. p.136- 161. \_\_\_\_\_ . A escola faz a juventude? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação e Sociedade*, v.28, p. 1105-1128, 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso: 20 dez 2009.
- DAYRELL, J.T. et al. Juventude e escola. In: SPOSITO, M.P. *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- DIÒGENES, Glória. Imagem e cidade: trilhas juvenis. In: GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. (org.)Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- DELANEY, Kevin. *The New York Times/Folha de São Paulo*, 13/02/2012,p 1.
- EDER, K. "Culture and Politics" in A. Honneth et al., *Cultural Political Interventions in the Unfinished Project of Enlightenment*. Cambridge, MIT Press .1992
- FALCHETTI, Cristhiane Da Institucionalização da Participação à Emergência do Autonomismo: Tendências recentes da ação coletiva no Brasil. *LASA - Congress of the Latin American Studies Association*, Lima, Peru, April 29-May 1, 2017
- GAUTHIER, M., GUILHAUME, J.F. Définir la jeunesse ? D'un bout à l'autre du monde. Canadá : IQCR, 1999
- GOHN, M. G. *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 2013.
- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 2014.
- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações e Protestos no Brasil : correntes e*

- contracorrentes. S.Paulo, Cortez Edit. 2017 a
- GOHN, Maria da Glória *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 12º ed. São Paulo, Loyola Edições, 2017b.
- LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. *Tempo Social*. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 35-57, 2005.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILL Y, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001
- NOGUEIRA, M. A. *Um estado para a sociedade*. São Paulo: Cortez, 2005
- PAIS, Jose Machado. *Jovens e Cidadania. Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 49, 2005, pp. 53-70.
- ORTELLADO, P. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, Elena. ET AL. *Vinte Centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.
- PAES, Bruno Teixeira e PIPANO, Isaac .ESCOLAS DE LUTA: CENAS DA POLÍTICA E EDUCAÇÃO ETD- Educação Temática Digital Campinas, SP v.19 n.1 p. 3-25 jan./mar. 2017
- PAGNI, Pedro Angelo F; CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO Sílvio *O programa Escola Sem Partido e a destruição de uma das virtudes modernas da escola. Unicamp, 2016 (Doc)*
- PEREIRA, C.; ROCHA, E.; PEREIRA, M. Tempos de juventude: ontem e hoje, as representações do jovem na publicidade e no cinema. *ALCEU*, v. 10 - n.19 - p. 5 a 15 - jul. /dez. 2009.
- PIOLLI, E. ; PEREIRA, L. e MESKO A.de S. R. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. *Crítica Educativa* (Sorocaba/SP), vol. 2, n. 1, p. 21-35, jan./jun. 2016
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed.34, 2012.
- ROCHA, R. M. de. Cenários e práticas comunicacionais emergentes na América Latina: reflexões sobre culturas juvenis, mídia e consumo. *Rumores Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídias*. Escola de Comunicação e Artes da USP, n. 2. jul/dez 2010. disponível em: <http://www3.usp.br/rumores/atual.asp>. Acesso: 17 abr, 2010.
- ROGGERO, R. 2013. *Políticas sociais para a juventude*. S.Paulo, Uninove, 2012 (Doc.)
- SILVA, A.O. “A participação de estudantes do ensino médio de escolas públicas da região de caieiras/SP em movimentos sociais”. *Tese de Doutorado*. FE/UNICAMP, fev. de 2016.
- SCALON, Celi. Juventude, igualdade e protestos. In *Revista Brasileira de Sociologia*, vol 1, no 2, jul/dez 2013, p.79-204.
- SOUSA, M. R. *Os caminhos da anarquia*. Uma reflexão sobre as alternativas libertárias em tempos sombrios. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2011
- SPÓSITO, Marília. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. In: *Tempo Social*, Universidade de São Paulo, USP, 1994, n.5, v 1-2, p.161-178.
- \_\_\_\_\_ (Org) *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009
- TILLY, Charles. *The Contentious French*. Cambridge, Harvard University Press. 1986

TILLY, Charles\_and TARROW S.. *Contentious Politics*. Boulder/USA,Paradigm Publis, 2007

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma. Para compreender o mundo hoje*. Petrópolis, Vozes, 2006.